

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE DOCENTES E GESTORES

Graciele Glap
Lucimara Glap
(Organizadoras)



Graciele Glap
Lucimara Glap
(Organizadoras)

**POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE
DOCENTES E GESTORES**

Atena Editora
2017

2017 by Graciele Glap & Lucimara Glap

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto (UFPEL)

Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua (UNIR)

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson (UTFPR)

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho (UnB)

Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez (UDISTRITAL/Bogotá-Colombia)

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (UEPG)

Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck (UNIOESTE)

Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza (UFPA)

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior (UFAL)

Profª Drª Ivone Goulart Lopes (Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatric)

Profª Drª Lina Maria Gonçalves (UFT)

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa (FACCAMP)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769

Políticas públicas na educação brasileira: a formação inicial e continuada de docentes e gestores / Organizadoras Graciele Glap, Lucimara Glap. – Curitiba (PR): Atena Editora, 2017.
295 p. : 1.806 kbytes

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-28-8

DOI 10.22533/at.ed.2881906

Inclui bibliografia

1. Educação e Estado - Brasil. 2. Educação permanente.
3. Professores - Formação. I. Glap, Graciele. II. Glap, Lucimara.
III. Título.

CDD-379.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Apresentação

“É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

Paulo Freire

O presente livro traz como eixo norteador a formação inicial e continuada de docentes e gestores, assim elucida o objetivo da obra que é o de apresentar vários textos que discutem a temática já revelada.

Desse modo, escrever sua apresentação, nos traz uma dupla tarefa, pois se faz necessário abordar questões pertinentes a formação inicial e a formação continuada dos docentes e gestores escolares. Pois bem, a formação inicial dos docentes tem sido objeto de intensas discussões e pesquisas, pois a formação inicial precisa “dar conta” de preparar o profissional para atuar com exímia notoriedade no espaço escolar e também por ser um tema relevante e oportuno, lembrando que a formação inicial e continuada dos docentes é alvo de destaque no PNE (2014-2024) nas metas 1, 5, 7 e 10.

Os artigos que discutem a formação inicial dos docentes, trazem apontamentos sobre: A Educação em Direitos Humanos na Formação dos Pedagogos; O PIBID como instrumento significativo na formação de professores e o PIBID no Mato Grosso do Sul, ambos reafirmando sua importância como a tríade no Ensino Superior; Contradições frente às políticas de Formação de professores no Brasil, tendo como base o Art. 62 da LDBEN; Cursos de Licenciatura ofertados pelos IFES na região norte do Brasil, trazendo a análise da sua política de implementação; Os desafios que são propostos para a formação inicial dos pedagogos questionando quais saberes e metodologias compõem essa formação; Formação inicial docente para o exercício do magistério, especificamente na Educação Infantil, trazendo à tona reflexões sobre a importância da formação deste profissional; O PARFOR com o intuito de coletar informações acerca das percepções dos concluintes sobre o mesmo; Percepções dos acadêmicos acerca do Curso de Licenciatura em História sobre a profissionalização docente; Políticas curriculares como implicações para a formação e trabalho docente discutindo o estado da arte, especificamente; Análise da atuação do MEC na preposição de implementação de políticas públicas para o cumprimento do Art. 62 da LDBEN; e um artigo que versa sobre a formação inicial e continuada discutidas paralelamente, tendo como foco preparar o professor para a formação com vistas a diversidade.

Os demais trabalhos discutem a relevância que a formação continuada dos docentes e gestores adquire no momento atual, pois a formação continuada parte da busca pela construção da qualidade de ensino, especialmente na etapa da Educação Básica, pois exige necessariamente repensar a formação em exercício de professores/as.

Assim, a possibilidade de êxito no processo de ensino aprendizagem que se pretenda atingir tem o/a professor/a como seu principal agente. Neste sentido, a

formação continuada é sem dúvida, um tema atual e complexo podendo ser analisado sob diferentes perspectivas.

Desse modo, apresentamos textos que versam sobre a formação continuada de docentes e gestores cujas temáticas discutem: A implantação da política de formação de professores no Campus de Bagé/RS tendo como referencial teórico o ciclo de políticas de Ball (1994); Escola de formação continuada como um espaço de construção da profissionalização docente no Instituto Federal (IF); Formação continuada para a ressignificação do currículo na Educação Infantil possibilitando a reflexão sobre a ação, redimensionado assim a práxis; O papel do coordenador pedagógico na formação continuada de professores numa perspectiva humanizadora nos anos iniciais do Ensino Fundamental; Políticas e práticas de formação dos docentes na esfera profissionalizante no Espírito Santo; Políticas públicas e a formação em serviço que traz o plano de ações articuladas (PAR) com o objetivo de analisar as condições políticas e metodológicas de implantação dos programas de formação de professores em serviço; e um relato de experiência de uma gestora e duas profissionais da educação frente ao estresse em crianças na fase escolar revelando como a formação continuada age frente a esses desafios.

Por fim, repensar a formação inicial e continuada dos docentes e gestores a partir de uma análise integrada, proporciona, uma proposta de discussão ampla e diferenciada acerca do assunto e com certeza enriquecerá o debate em torno do tema.

Boa leitura!!!!

*Graciele Glap
Lucimara Glap*

SUMÁRIO

Apresentação.....	03
<u>CAPÍTULO I</u>	
A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS: ESTUDO COMPARADO EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS <i>Sinara Pollom Zardo , Débora Aparecida Antunes Pereira e Ana Cristina Rodrigues Pereira.....</i>	08
<u>CAPÍTULO II</u>	
A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORAS(ES) NO CONTEXTO DO PROJETO TERTÚLIAS PEDAGÓGICAS DO PAMPA GAÚCHO <i>Diana Paula Salomão de Freitas, Claudete da Silva Lima Martins e Elena Maria Billig Mello.....</i>	21
<u>CAPÍTULO III</u>	
A RELEVÂNCIA DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA - PIBID COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA <i>Ana Jéssica Corrêa Santos.....</i>	35
<u>CAPÍTULO IV</u>	
CONTRADIÇÕES INERENTES ÀS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL <i>Luiz Carlos Lückmann.....</i>	47
<u>CAPÍTULO V</u>	
CURSOS DE LICENCIATURA NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL? A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NOS INSTITUTOS FEDERAIS <i>Denise Lima de Oliveira.....</i>	60
<u>CAPÍTULO VI</u>	
DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO REGIME DE COLABORAÇÃO EM POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: A EXPERIÊNCIA DO PARFOR/UEFS <i>André Luiz Brito Nascimento.....</i>	72
<u>CAPÍTULO VII</u>	
EDUCAÇÃO DE BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS: UM OLHAR PARA A FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE <i>Patrícia Maria Reis Cestaro.....</i>	86
<u>CAPÍTULO VIII</u>	
ESCOLA DE FORMAÇÃO CONTINUADA: ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO	

TRABALHADOR DA EDUCAÇÃO
Suely Fernandes Coelho Lemos e Ana Lucia Mussi de Carvalho Campinho.....100

CAPÍTULO IX

FORMAÇÃO CONTINUADA E CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: INTERFACES
ENTRE O DISCURSO LEGAL E AS PRÁTICAS LOCAIS
Laís de Castro Agranito Rodrigues e Lucrécia Stringheta Mello.....114

CAPÍTULO X

O COORDENADOR PEDAGÓGICO E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR: ENTRELAÇANDO
SABERES EM UMA PERSPECTIVA HUMANIZADORA
*Simone Leal Souza Coité, Rosiane Cristina Muniz Oliveira e Gabriela Sousa Rêgo
Pimentel.....127*

CAPÍTULO XI

O PARFOR COMO POLÍTICA EMERGENCIAL E DE GARANTIA DE DIREITOS:
CONCLUINTE E CONCLUSÕES DA PEDAGOGIA NA UFPA
Alberto Damasceno e Emina Santos.....142

CAPÍTULO XII

O PIBID E INICIAÇÃO PROFISSIONAL: RELATOS DE EGRESSOS DA UEMS/PEDAGOGIA
- CAMPO GRANDE
Laíse Ataides Ribeiro e Eliane Greice Davanço Nogueira.....157

CAPÍTULO XIII

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS DE ESTUDANTES DE CURSOS DE HISTÓRIA: O
MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA COMO OPÇÃO PROFISSIONAL
*Máximo Augusto Campos Masson, Camila Tavares Rodrigues e Andressa Maria
Gomes de Oliveira Duarte.....170*

CAPÍTULO XIV

POLÍTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA, FORMAÇÃO E TRABALHO
DOCENTE: CONTRIBUIÇÕES AO ESTADO DA ARTE (2010-2015)
Sanny Silva da Rosa e Branca Jurema Ponce.....182

CAPÍTULO XV

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A DIVERSIDADE: O QUE AINDA
PRECISA MUDAR?
Brenda Fonseca de Oliveira e Marlene Barbosa de Freitas Reis.....197

CAPÍTULO XVI

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DOS DOCENTES DO SENAI-VITÓRIA/ES
*Tatiana Das Mercês, Marcelo Lima e Zilka Sulamita Teixeira de Aguiar
Pacheco.....209*

CAPÍTULO XVII

POLÍTICAS PÚBLICAS E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM SERVIÇO: O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR) NA GESTÃO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Conceição Aparecida Fernandes Lima Panizzi.....228

CAPÍTULO XVIII

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: INICIATIVAS E PROPOSIÇÕES DO MEC APÓS A LDB Nº 9.394/96

Eliane Gracy Lemos Barreto, Anselmo Alencar Colares e Glez Rodrigues Freitas Bentes.....243

CAPÍTULO XIX

PROBLEMATIZAÇÕES AO REPENSAR SOBRE A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO: DESAFIOS PROPOSTOS PELO PROCESSO DE UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Lúcia de Mendonça Ribeiro e Adriana Almeida Sales de Melo.....258

CAPÍTULO XX

RELATO DE EXPERIÊNCIA ALFABETIZAÇÃO EM VALORES HUMANOS: A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, EM SERVIÇO E, A FORMAÇÃO INICIAL DE PEDAGOGOS E PSICÓLOGOS ESCOLARES

Dâmaris Simon Camelo Borges e Marlene de Cássia Trivellato Ferreira.....272

Sobre as organizadoras.....286

Sobre os autores.....287

offered by the institution in this network in order for the teachers' graduate courses not be reduced to train specialists in an area of knowledge, to the detriment of proper pedagogical training.

KEYWORDS: Federal Institutes; professional education; teachers' education, teachers' graduate courses.

CAPÍTULO XVI

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DOS DOCENTES DO SENAI-VITÓRIA/ES

**Tatiana Das Mercês
Marcelo Lima
Zilka Sulamita Teixeira de Aguiar Pacheco**

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DOS DOCENTES DO SENAI-VITÓRIA/ES

Tatiana Das Mercês

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Vitória – Espírito Santo

Marcelo Lima

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Vitória – Espírito Santo

Zilka Sulamita Teixeira de Aguiar Pacheco

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Vitória – Espírito Santo

RESUMO: Esta pesquisa analisa as políticas e práticas de formação dos docentes do Senai-Vitória/ES. Para tanto, nosso objeto de estudo é o docente do curso técnico de automação industrial. Metodologicamente, a pesquisa possui duas etapas de investigação: análise documental e pesquisa de campo. Nela, adotamos como base teórica Marx (1985), Tardif e Lessard (2005). Historicamente, as legislações brasileiras que regulam a formação docente para a educação profissional não definem de forma clara como devem ser os currículos dos cursos de formação desses profissionais, permitindo que as instituições estruturem currículos pragmáticos que valorizam mais a atualização tecnológica do que a formação pedagógica dos docentes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional; Formação Docente; Senai-ES.

1. INTRODUÇÃO

A educação é a ação de aprender e educar e, conforme Saviani (2003), é fundamental para o ser humano sobreviver, uma vez que ele não nasce sabendo e sua existência não é garantida pela natureza. Nessa perspectiva, a educação em geral e a escola em particular forma pessoas para a vida em sociedade. Isto significa que a educação tem a função mediadora do processo de apropriação do conhecimento e a escola é um espaço onde os indivíduos podem se apossar dos saberes produzidos pela humanidade.

No Brasil, o sistema de educação é normatizado pela Lei 9394/96 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). De acordo com a LDB, a Educação Escolar compõe-se do ensino de nível superior e da educação básica, esta é formada pelo ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio. Além disso, a Educação Escolar engloba diversas modalidades de ensino que permeiam os seus diversos níveis escolares. Uma dessas modalidades é a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que visa formar pessoas para o mundo do trabalho. Nessa pesquisa, a EPT constitui o contexto do qual emerge nosso objeto de estudo.

A relevância dessa pesquisa ancora-se na centralidade do papel do docente no processo de ensino-aprendizagem da educação em geral e EPT. Consideramos que o professor é o elemento-chave, pois ele interfere diretamente na formação de trabalhadores e cidadãos no sentido de prepará-los para a vida em sociedade.

Os docentes da EPT possuem formação específica em diferentes áreas, muitos deles não são licenciados, mas são professores. O trabalho docente na EPT, neste contexto, torna-se ainda mais complexo. Para tratar desse tema utilizamos as contribuições de Marx (1985), Tardif e Lessard (2005) que nos ajudam a pensar uma dialética da prática e da formação docente.

De acordo com Marx (1985), o trabalho tem um sentido ontológico em que proporcionou, ao longo da nossa história, a nossa própria humanização. Por conseguinte, o trabalho tem um princípio educativo, pois é por meio dele que o homem transforma a natureza em meios de vida e, conseqüentemente, se humaniza, se modifica, se cria e se expande em conhecimento. Portanto, o trabalho não se resume apenas na transformação de um objeto em outro objeto, porque o próprio trabalhador se transforma naquilo que ele faz.

O professor não lida com objetos que podem ser consumidos ou trocados pelos humanos no final do processo de transformação, pois o seu objeto é o próprio ser humano. Nesse sentido, Tardif e Lessard (2005) nos dão base para compreender o trabalho docente como uma profissão de interações humanas, uma vez que, no seu trabalho, o professor se interage com os seus alunos e seus colegas: pedagogos, diretores, bibliotecários, pais, etc. Além disso, esses autores (2005) apontam que o professor é quem dá sentido e significado ao seu trabalho, isto significa que a identidade profissional do educador se constitui pela função que ele exerce: ele é educador porque educa.

Nesse sentido, Tardif e Lessard (2005, p.31) afirmam que “ensinar é trabalhar com seres humanos, sobre os seres humanos, para seres humanos”. O docente no campo da EPT opera com teoria e com prática com fito de proporcionar aos discentes a qualificação técnica adequada para o trabalho, mas não só isso, eles precisam ensinar o conhecimento produzido historicamente e socialmente pela humanidade, contribuindo para a emancipação dos sujeitos. Neste contexto, destaca-se o estudo dos docentes da EPT cujo trabalho é ainda mais complexo, pois transcende o ensino propedêutico, ligando-se à ciência e a tecnologia, além de se constituir tema pouco explorado pela produção acadêmica.

Metodologicamente, esta pesquisa é de base qualitativa e incluiu duas fases de investigação: análise documental e pesquisa de campo. Realizamos a pesquisa documental com o objetivo de identificar qual é a perspectiva da formação profissional expressa no plano do curso técnico em automação industrial do Senai-DR/ES e estudamos dois anúncios de emprego para identificar os pré-requisitos exigidos por esta instituição aos seus docentes.

A pesquisa de campo teve o objetivo de coletar informações sobre as formações continuadas de docentes oferecidas pelo Senai e conhecer o perfil dos docentes atuantes. Assim, realizamos uma entrevista semiestruturada com um dos gestores da Findes da área de educação em março de 2016, a qual foi gravada

mediante autorização sob Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Aplicamos um questionário a quatro docentes do curso técnico em automação industrial em março de 2016, o qual foi preenchido, individualmente, por eles. A ideia inicial era aplicar a todos os docentes da automação, mas apenas quatro tiveram disponibilidade para colaborar.

2. A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EPT

Diante das exigências do mercado e das responsabilidades política e social, os docentes da EPT têm enfrentado novos desafios que estão além da sua formação. Esse novo papel do professor da EPT, muitas vezes, tem se centralizado, no entanto, na dimensão econômica e menos humana que pode reduzir a docência a uma função de formar pessoas com competências técnicas para a empregabilidade e para o mercado.

Conforme Moura (2014, p.32), a competência técnica é necessária, porém “não é suficiente para um projeto societário alternativo”, em que a centralidade da formação de sujeitos deve estar na dimensão do ser humano. Moura (2014) explica que a centralidade na dimensão humana não nega a competência técnica, nem se limita a ela, pois o objetivo é formar sujeitos emancipados, livres, capazes de compreender a sua realidade e as relações de poder existentes na sociedade.

Coelho (2014) contribui neste tema ao afirmar a dimensão humana é essencial para se construir uma educação que não vise formar máquinas de produção, mas seres humanos. Nesse sentido, esta autora diz que preparar para o trabalho não significa apenas formar para o emprego ou para o posto de trabalho, pois a formação deve “contemplar a vivência das relações sociais” (COELHO, 2014, p.66).

Portanto, muito mais que transmitir conhecimentos e técnicas para o emprego/trabalho, o professor da EPT precisa formar trabalhadores e cidadãos capazes de refletir criticamente a sociedade a qual estão inseridos. Nessa perspectiva, os professores precisam ter consciência de que a docência não se resume em formar para o mercado.

Nesse sentido, segundo Moura (2014), tanto os professores licenciados como os bacharéis precisam ter de uma formação inicial ou continuada no campo da EPT. Os licenciados possuem a formação básica de matemática, química, português e etc., que dá base para atuarem no ensino propedêutico, mas lhes falta a formação para trabalhar na educação profissional. Muitos professores licenciados possuem dificuldades em relacionar a sua disciplina de ensino aos conteúdos profissionais. Já aos bacharéis falta a formação docente para atuar no ensino propedêutico e profissional, é o caso, por exemplo, dos engenheiros.

Nestes termos, Coelho (2014) diz que o professor teria que receber uma formação que lhe permitisse saber compreender a sociedade; conhecer a educação brasileira, bem como seus problemas, dificuldades e possibilidades de mudanças; entender a instituição escolar e seus o mecanismo de funcionamento; dominar os

diferentes processos, estratégias e recursos de aprendizagem e ensino, entre outros saberes.

Todavia, “a formação pedagógica inicial e continuada na educação profissional brasileira sempre foi precária, provisória e emergencial” (Coelho, 2014, p.71) e ainda, hoje, sofre com a desvalorização, falta de financiamento e recursos apropriados.

No Brasil, atualmente, a LDB nº 9.394/96 e a Resolução CNE/CEB nº. 06/12 são os principais dispositivos que regulam a formação de professores para a EPT.

A LDB nº. 9.394/96 normatiza que para ser docente na educação básica é preciso ter curso superior de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação e prática de ensino de, no mínimo, 300 horas. Ela assegura programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica e programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.

Como podemos observar, a LDB exige que os professores do ensino propedêutico (ensino fundamental e ensino médio) tenham a formação em licenciaturas tradicionais as quais são ofertadas pelas universidades em geral. Em contrapartida, no caso da EPT, embora, essa formação tenha nos institutos federais locus formativo, a legislação não define de modo detalhado qual seria o currículo adequado para a formação deste tipo de profissional.

A Resolução CNE nº. 06/12 (artigo 40) defini que a formação inicial para a docência na EPT de nível médio deve se realizar mediante os cursos de graduação, ou programas de licenciatura, ou outras formas. Esta resolução retome a questão da licenciatura para a formação de professores da educação profissional, mas deixa em aberto quando afirma pode ocorrer por via de outras "formas".

O § 2º desta resolução defini que os professores graduados, mas não licenciados, que atuam na profissão de docente ou aprovados em concurso público têm o direito de “participar ou ter reconhecidos seus saberes profissionais em processos destinados à formação pedagógica ou à certificação da experiência docente” (BRASIL, 2012). O saber do docente da educação profissional pode “ser considerado equivalente às licenciaturas” (BRASIL, 2012). Ao instituir o reconhecimento dos "saberes" dos que já atuam este dispositivo valoriza o profissional em exercício. Corre-se o risco, então, de minimizar a obrigação da oferta de formação inicial específica e também continuada para os professores que começaram a atuar na área.

Como podemos observar, o ensino propedêutico exige as licenciaturas tradicionais as quais são ofertadas pelas universidades em geral. Mas, no caso da educação profissional, a legislação atual ainda não definiu de modo detalhado qual seria o currículo adequado para formação deste tipo de profissional. Tal contexto deixa em aberto uma situação que permite que instituições estruturarem currículos pragmáticos e selecionarem seus docentes tendo em vista os custos e certo horizonte formativo.

Para aprofundar esse debate passamos analisar o caso da docência para o curso de automação industrial do Senai-DR/ES que será apresentado com mais

detalhes na seção seguinte.

3. ANÁLISE DO TRABALHO DOCENTE REQUERIDO NO CURSO TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL

Conforme exposto em SENAI DR/ES (2016), o objetivo geral do curso técnico em automação industrial é “proporcionar o desenvolvimento das capacidades” referentes à realização de “projetos, instalação, manutenção e operação de sistemas prediais, industriais e de potência” (SENAI DR-ES, 2016, p.15).

Esse curso é concebido de forma modular. Ao observar a estrutura curricular organizada em módulos podemos perceber embora enseja certa flexibilidade que permite aos alunos saídas intermediárias das quais o aluno pode obter certificação em cada etapa, tal modelo também pode levar a fragmentação formativa na qual a descontinuidade se sobrepõe a continuidade, elemento pedagógico fundamental em qualquer processo educativo. No caso específico, o plano de curso não deixa claro se o Senai-DR/ES certificará ou permitirá essas saídas intermediárias, mas também não afirma o contrário para o curso técnico em automação industrial.

Observando a matriz curricular, de maneira geral, evidencia-se a organização das matérias e conteúdos nos currículos segue o modelo disciplinar que reproduz a lógica de se estudar cada assunto em espaços e tempos diferentes e sequenciados. Tal modelo não valoriza o trabalho interdisciplinar nem prevê uma integração dos conteúdos.

A “figura (1)”, apresentada a seguir, deixa explícita a carga horária e as unidades curriculares.

Figura (1) - Matriz curricular do curso técnico em automação industrial

Módulos	Unidades Curriculares	Carga Horária	Certificação
I	Comunicação Oral e Escrita	30	Prosseguimento de estudos
	Metrologia Básica e Aplicada	30	
	Complementos de Física	40	
	Complementos de Matemática	40	
	Inglês Instrumental	30	
	Leitura e Interpretação de Desenho Técnico	40	
	Eletricidade Geral e Aplicada	100	
	Segurança, Saúde, Qualidade e Gestão Ambiental	30	
SUBTOTAL	340		
II	Instalações de Instrumentação	60	Prosseguimento de estudos
	Dispositivos de Medição e Transmissão de Sinais I	120	
	Eletrônica Digital	60	
	Eletrônica Geral e Aplicada	60	
	Noções de Segurança com Eletricidade	40	
SUBTOTAL	340		
III	Controle de Processos	60	Prosseguimento de estudos
	Dispositivos de Medição e Transmissão de Sinais II	100	
	Automação de Processos I	60	
	Redes Industriais	60	
	Válvulas de Controle	60	
SUBTOTAL	340		
IV	Analísadores Industriais	40	Prosseguimento de estudos
	Automação de Processos II	80	
	Sistemas de Pesagem Industriais	40	
	Dispositivos de Medição e Controle	120	
	Acionamentos e Controle de Motores Elétricos	40	
	Gerenciamento de Ativos	20	
SUBTOTAL	340		
Carga Horária Total		1360	Diploma de Técnico em Automação Industrial (CBO: 3001-05)
Carga horária Estágio ou TCC		360	
Total Geral CH		1720	

Fonte: SENAI-DR/ES, 2016, p. 26.

Além disso, o desenho curricular segue em consonância a Metodologia SENAI, que se apresenta com base em competências. As competências apontadas no plano seguem a lógica pragmática de uma formação profissional voltada a viabilizar, nos alunos, práticas esperadas pelo mercado. Para Araujo (2001) e Frigotto (2001) a concepção de competência deve estar voltada para o interesse do trabalhador e para a sua transformação, cidadania, autonomia e emancipação. Mas, o ensino por competências tem se ajustado ao ensino profissional que visa atender aos interesses do capital, a reforçar as atuais relações de produção hegemônicas e aumentar a produtividade das empresas, deixando de lado as necessidades do trabalhador.

Nesse contexto, para realizar suas tarefas, o docente deve não apenas dominar os conhecimentos teóricos e práticos da área de automação, mas deve ter uma concepção de formação profissional que permita formar o aluno numa perspectiva mais ampla. Ter em mente não apenas formar para inserção produtiva, mas também formar para uma apropriação de uma visão crítica. O docente deve levar em consideração o processo sócio histórico que integra o contexto da produção e da automação industrial bem como as relações de trabalho e as questões sociopolíticas a elas inerentes, o que o plano de ensino não contempla. Deste modo, o que se solicita a ele é menos do que ele deve fazer.

De acordo com o plano analisado, o docente do referido curso precisa ser: técnico em automação industrial ou graduado em tecnologia ou engenharia (elétrica, mecânica, etc.) com conhecimentos em instrumentação industrial (SENAI DR/ES, 2016, p.50). De maneira geral, é possível dizer que a formação mínima para atuar neste curso é a de técnico em nível médio. A seção seguinte aborda com mais detalhe as questões sobre o perfil desejado pela instituição e o perfil dos docentes atuantes no curso analisado.

4. OS PRÉ-REQUISITOS E A FORMAÇÃO INICIAL DOS DOCENTES

Em contato direto com a equipe pedagógica da FINDES, identificamos que os docentes que atuam nos cursos de EPT do Senai-DR/ES dividem-se em dois níveis: docente I e docente II. São considerados “docentes I” os profissionais com formação técnica em nível médio e os “docentes II” são profissionais com formação em nível superior. Para sabermos quais são os pré-requisitos exigidos a esses docentes, podemos destacar os anúncios de emprego expostos na figura 2 e 3.

Conforme podemos observar na figura 2, de forma geral os pré-requisitos para os docentes I do Senai-DR/ES são: ter ensino médio completo, experiência na área de atuação, carteira de habilitação e disposição para viagens. A formação técnica e a experiência na área da docente não são obrigatórias, pois se tratam de uma condição “desejável”.

Na figura 3, notamos que para atuar como docente II no curso técnico em automação industrial, os pré-requisitos são: ter curso superior (registro em entidade de classe) e experiência na área. Além disso, o anúncio estabelece como requisito

“desejável” especialização (pós-graduação lato sensu) e experiência docente na educação profissional. Entretanto, não se estabelece a que campo do conhecimento a especialização se refere nem o tempo de experiência na área específica do curso e na docência.

Figura (2) - Anúncio de emprego-Docente I

SENAI **CONTRATA**
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

DOCENTE I – MARCENARIA

Pré-requisitos

- Ensino Médio Completo, desejável Técnico na área de atuação.
- Experiência profissional na área de atuação, desejável em docência para cursos profissionalizantes.
- Desejável Carteira Nacional de Habilitação e disponibilidade para viagens

Local de Trabalho / Jornada de Trabalho: Colatina / 40 horas semanais

Comunicado SENAI 022/2015

*Os interessados devem acessar o site do Sistema Findes - www.sistemafindes.org.br e clicar no link "Processo Seletivo" - para conhecer as regras dos processos seletivos descritas nos **Comunicados de Seleção**.*

Fonte: A Gazeta (2015).

Figura (3) - Anúncio de emprego-Docente II

SENAI Uma entidade do Sistema Findes

CONTRATA

DOCENTE II – AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL

Pré-requisitos

- Ensino Superior Completo correlato à área de atuação, desejável Especialização
- Registro em órgão/conselho da classe
- Experiência profissional na área de atuação, desejável em docência para cursos profissionalizantes.

Local de Trabalho: Grande Vitória

Comunicado SENAI 048/2014

Etapas do Processo Seletivo

1. Análise do Currículo
2. Avaliação Técnica
3. Avaliação de Habilidades
4. Entrevista Final

Os currículos serão recebidos até dia **31/10/2014** e os interessados devem acessar o site do Sistema Findes - **www.sistemafindes.org.br** e clicar o link “**Processo Seletivo**” - para conhecer as regras dos processos seletivos descritas no **Comunicado de Seleção.**

Fonte: A Tribuna (2014).

Portanto, o Senai-DR/ES não exige como pré-requisito a formação docente. Acreditamos que isso se deve também a fato da legislação não estabelecer de modo explícito essa obrigatoriedade. A instituição pesquisada distingue a classificação de docente I e docente II. Neste último ela exige a formação em nível superior, mas também a formação pedagógica não é garantida.

Com base nos depoimentos dos docentes atuantes, podemos dizer que no curso analisado, em particular, atuam setes docentes efetivos: três engenheiros eletricitas, dois engenheiros mecânicos, um licenciado em mecânica e um técnico em instrumentação industrial. Segundo o discurso dos docentes e dos gestores, o Senai-DR/ES é a primeira instituição de trabalho na área do ensino desses profissionais. E muitos deles trabalham há mais de cinco anos nesta instituição.

Dentre esses setes docentes, apenas dois possuem formação pedagógica

(um é especializado em docência níveis básico e técnico e outro é licenciado em mecânica). Eles se subdividem para ministrar as disciplinas específicas da área da automação. Enquanto que as disciplinas gerais do primeiro módulo (comunicação oral e escrita e complementos de física e matemática) são ministradas por docentes selecionados pela unidade Senai-Vitória (CETEC). Não há nenhum documento do Senai-DR/ES que normatiza a contratação desses educadores que trabalham na forma de prestação de serviço.

Para saber se o Senai possui uma política de formação continuada laçamos a seguinte questão aos docentes “o Senai oferece cursos de formação continuada aos docentes?”. Conforme os depoimentos, o Senai trabalha com um programa de capacitação pedagógica na modalidade a distância (EAD) e os docentes são frequentemente convidados a participar delas. Contudo, apenas dois docentes da área da automação já participaram de cursos de formação pedagógica coordenados pelo Senai ou por outras instituições.

Com intuito de conhecer o que os docentes pensam sobre a formação pedagógica, pedíamos para eles avaliar se essa formação é supérfluo, relevante ou fundamental e justificar o seu julgamento. Como se pode ver nos enunciados abaixo, a maioria apontou como fundamental para o aperfeiçoamento da prática docente.

“Fundamental- para mim foi fundamental fazer um curso a distância do Senai na área pedagógica porque ampliou minha visão e minhas práticas de ensino; por exemplo, aprendi a importância de fazer perguntas para o aluno na sala de aula” (Prof. 1).

“Relevante- não é fundamental porque tem muito professor que tem uma boa didática e não tem curso pedagógico; mas também não supérfluo porque o curso pode ajudar a quem não tem didática a criar práticas de ensino mais adequadas” (Prof. 2).

“Fundamental - para mim é importante para ajudar no relacionamento entre professor e aluno em sala de aula. Porém, são poucos cursos nessa área aqui no Senai que realmente trabalha com essas questões pedagógicas. A gente é cobrado mais pelas metas, horário e produtividade e, com isso, as questões pedagógica acabam não tendo espaço satisfatório na nossa formação” (Prof. 3).

Para entender a política de formação dos docentes do Senai, fizemos uma entrevista semiestruturada com um dos gestores da educação profissional da Findes, a qual a seção seguinte aborda com detalhes.

5. FORMAÇÕES CONTINUADAS REALIZADAS PELO SENAI

Como já observamos, as legislações atuais defini que a capacitação por meio de programas de formação pedagógica e de formação continuada é um direito de todos os profissionais em educação. Para atender a essa disposição, muitas instituições de ensino estabelecem programas de formação continuada para seus profissionais. Conforme as informações coletadas por meio de entrevista semiestruturada, o Senai-DR/ES, na área da docência, possui duas formas principais

de formação continuada: Programa SENAI de Capacitação Docente (PSCD) organizado pelo Senai-DN (Departamento Nacional) e o Treinamento e Desenvolvimento (T&D) coordenado pelo próprio Senai-DR /ES.

O Senai-DN, em nível nacional, desenvolve o PSCD, que possui duas vertentes: uma tecnológica que tem como foco a atualização tecnológica dos docentes e uma pedagógica que objetiva integrar o docente ao contexto da instituição.

Na vertente tecnológica, o Senai-DN ofertou, em 2015, um curso de atualização tecnológica para os docentes II da área de automação industrial. O curso foi realizado no ambiente virtual entre o período de março ao mês de outubro e teve uma etapa presencial, no mês de novembro, realizada na cidade de São Leopoldo (RS); totalizando a 142 de carga horária. Os objetivos, pré-requisitos, calendário, matriz curricular e carga horária desse curso podem ser vistos na figura 4 e 5.

Figura (4) - Atualização tecnológica na área da automação

The infographic is titled "Programa SENAI de Capacitação Docente – PSCD" and "Curso de Atualização Tecnológica AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL". It features a circular image of an industrial control panel on the left. The background is a light blue gradient with a large red curved shape on the right containing various icons related to technology and industry. The text is organized into sections: Objective, Prerequisites, and Calendar.

Programa SENAI de Capacitação Docente – PSCD
Curso de Atualização Tecnológica
AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL

Objetivo:
Atualizar tecnologicamente os docentes do SENAI nas capacidades mais relevantes e importantes do Desenho Curricular Nacional do Curso Técnico de Nível Médio em Automação Profissional.

Pré-requisitos:

- Ser docente do SENAI na área de Automação Industrial;
- Ter concluído curso de graduação;
- Ter disponibilidade para se dedicar ao curso.

Calendário:
Matrículas: 23/03 a 10/04/2015
Início do Curso em Ambiente Virtual: 27/04/2015
Término do Curso em Ambiente Virtual: 10/10/2015
Encontros Presenciais na cidade de São Leopoldo / RS:
17 a 19/11 (Turma 1), 24 a 26/11 (Turmas 2)

Fonte: SENAI-DN, PSCD, 2015.

Figura (5) - Matriz do curso

Matriz Curricular do Curso:		
Unidades Curriculares	Carga Horária EaD	Carga Horária Presencial
Instrumentação e Controle	32	4
Sistemas Lógicos Programáveis	46	10
Técnicas de Controle	40	10
Carga Horária Total	142	

Fonte: SENAI-DN, PSCD, 2015.

Na vertente pedagógica, o Senai-DN desenvolveu três cursos em 2015. Foram eles: Tecnologias da informação e da comunicação aplicadas à educação profissional, Fundamentação da prática docente e Introdução à docência no Senai. Esses cursos foram consolidados com 60 horas na modalidade à distância (EAD). Para participar dessa formação, o docente deve ter no máximo dois anos de trabalho na instituição. Nas figuras 6, 7 e 8 estão apresentados os objetivos, os requisitos de acesso, a duração, a modalidade e a matriz curricular de cada um desses cursos.

Figura (6) - Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas à EP

TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO APLICADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
Este curso é uma capacitação na área pedagógica, promovida pelo SENAI/DN. Esse curso, que integra o Eixo Introdutório do Itinerário Nacional de Capacitação Docente, visa dar continuidade à política de desenvolvimento profissional permanente do corpo docente do SENAI.	
OBJETIVO DO CURSO	REQUISITOS DE ACESSO
Propiciar a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação como ferramenta no processo de aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none"> • Docente do SENAI que busque aperfeiçoamento profissional • Ter disponibilidade de tempo para se dedicar ao curso.
DURAÇÃO	MODALIDADE
Carga horária de 60 h (01/10 a 30/11/15).	EAD
MATRIZ CURRICULAR	
Unidades Curriculares	Carga Horária
As ferramentas de TICs e sua aplicação na educação profissional	24h
O uso das ferramentas TICs no planejamento de aula	08h
A utilização das TICs no exercício da Docência	24h
A utilização das TICs no processo de avaliação da aprendizagem	47h
Total de Horas: 60h	

Fonte: SENAI-DN, PSCD, 2015.

Figura (7) - Fundamentação da Prática Docente

FUNDAMENTAÇÃO DA PRÁTICA DOCENTE		MATRIZ CURRICULAR		
<p>O Curso de Fundamentação da Prática Docente é uma capacitação na área pedagógica, promovida pelo SENAI/DN. Esse curso, que integra o Eixo Introdutório do Itinerário Nacional de Capacitação Docente, visa dar continuidade à política de desenvolvimento profissional permanente do corpo docente do SENAI.</p>		Unidades Curriculares	Objetivos	Carga Horária
OBJETIVO DO CURSO	Subsidiar a compreensão dos Fundamentos da Prática Docente, conforme Metodologia SENAI de Educação Profissional.	Princípios Norteadores da Prática Docente conforme Metodologia SENAI de Educação Profissional	Identificar os fundamentos norteadores da prática docente segundo os pressupostos da Metodologia SENAI de Educação Profissional	40h
DURAÇÃO	Carga horária de 60 h (01/09 a 27/11/15).	A prática docente e os fundamentos da Metodologia SENAI de Educação Profissional	Interpretar os fundamentos norteadores da prática docente no cotidiano dos processos de ensino e de aprendizagem	20h
REQUISITOS DE ACESSO	<ul style="list-style-type: none"> Docentes com até 2 anos na Instituição, que tenham concluído o Curso de Introdução à Docência do SENAI ou participado de programas de ambientação institucional no âmbito do DR. Docentes do quadro que busquem aperfeiçoamento profissional. 	Total de horas 60h		
MODALIDADE	EAD			

Fonte: SENAI-DN, PSCD, 2015.

Figura (8) - Introdução à docência no Senai

INTRODUÇÃO À DOCÊNCIA NO SENAI		MATRIZ CURRICULAR		
<p>O Curso de Introdução à Docência no SENAI é uma capacitação docente na área pedagógica do Programa SENAI de Capacitação Docente (PSCD). Esse curso visa atender à demanda de capacitação de docentes que estão ingressando no SENAI e trainees, considerando a ampliação da oferta formativa de cursos dos Departamentos Regionais.</p>		Unidades Curriculares	Objetivos	Carga Horária
OBJETIVO DO CURSO	Possibilitar a apropriação dos fundamentos políticos e institucionais a fim de situar a prática docente na educação profissional e tecnológica do SENAI.	Educação Profissional e Tecnológica	Identificar as diretrizes, estrutura e funcionamento do SENAI, tendo em vista a política educacional e a legislação brasileira, no contexto da educação profissional, considerando a Metodologia SENAI de Educação Profissional.	22h
DURAÇÃO	Carga horária de 60 h (15/06 a 08/09/15).	Docência na Educação Profissional e Tecnológica	Desenvolver capacidades técnicas, sociais, metodológicas e organizativas, bem como os conhecimentos necessários ao planejamento, ao desenvolvimento e à avaliação dos processos de ensino e aprendizagem.	38h
REQUISITOS DE ACESSO	<ul style="list-style-type: none"> Docentes do quadro e extra-quadro, com até 2 anos na Instituição. Docentes do quadro que não tenham participado de capacitações anteriores promovidas pelo SENAI. 	Total de horas 60h		
MODALIDADE	EAD			

Fonte: SENAI-DN, PSCD, 2015.

Os cursos da vertente pedagógica tem o objetivo claro de adaptar as práticas de ensino do professor à Metodologia Senai, a declaração seguinte do Gestor 2 reforça essa ideia.

“Tem vários cursos na área pedagógica, especialmente porque o departamento nacional (DN) está trabalhando para disseminar a apropriação da metodologia nova, porque tem muitos docentes que já se acostumaram a trabalhar com a metodologia anterior e a ideia do DN é que eles conheçam a avaliação e a formação por competências, que agora o nome é Metodologia Senai de educação profissional” (Gestor 2).

O depoimento abaixo explica quais são os critérios e como ocorre a seleção para participar dos cursos do PSCD. Além disso, os cursos deste programa ocorrem quase todo na modalidade à distância e tem uma fase de encontro presencial em

que o docente precisa ir a outro estado.

“O departamento nacional (DN) anuncia o curso. Ai a gente divulga nas escolas os requisitos. Normalmente, o tempo na casa e não ter abandonado um outro curso que fez são usados como critérios de seleção. Ai a gente encaminha para o DN a ficha daqueles docentes que foram escolhidos aqui. Mas, tem alguns casos que a seleção é feita pelo próprio DN e outros casos que nem tem seleção. Esses cursos são a distância com encontros presenciais. Então, quem oferece, na verdade, é a coordenação do DN, mas quem faz os cursos mesmo são outros departamentos regionais, como a Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina. Então, quando tem esses momentos presenciais, os docentes vão a esses lugares para poder fazer a prática” (Gestor 2).

Além do PSCD, que é um programa em nível nacional, existem as capacitações de docentes realizadas pelos departamentos regionais. O Senai-DR/ES, por exemplo, trabalha com o programa de Treinamento e Desenvolvimento (T&D), em que se realiza em cada ano aproximadamente três treinamentos para cada área tecnológica. A carga horária total desses cursos é, no máximo, 40 horas (uma semana).

De acordo com o depoimento a seguir, para montar esse T&D, o Senai-DR/ES trabalha com uma fase em que consisti no levantamento das necessidades que os docentes possam apresentar; logo, o docente tem oportunidade de participar e sugerir o que gostaria de estudar.

“A gente passa a solicitação, não diretamente aos docentes, a gente pede ao gestor da escola ou diretor escolar, eles fazem a articulação internamente. Ai, depois, eles mandam a devolutiva para gente. Os docentes fazem uma série de solicitações, eles pedem muitos treinamentos na área tecnológica e pedem muitos cursos fora do estado e fora do país e em empresas renomadas. Então, a gente retira alguns cursos e deixa outros. A gente passa para o diretor, que aprova. Depois disso, a unidade de recursos humanos faz todas as realizações da formação” (Gestor 2).

Os principais cursos de capacitação docente ofertando pelo Senai-DR/ES na área da automação nesses últimos três anos estão apresentados a seguir na figura 9.

Figura (9) - Cursos de T&D ofertados pelo Senai-DR/ES entre 2013 a 2015

CAPACITAÇÃO NA ÁREA DA AUTOMAÇÃO	Ano	Carga Horaria	Local da atividade	Quantidade de participantes
FIEE elétrica - 27ª feira internacional da indústria elétrica, eletrônica, energia e automação	2013	16	São Paulo	1
Congresso internacional e exposição de automação, sistema e instrumentação	2013	24	São Paulo	1
Curso de válvulas industriais	2014	16	Vitória	1
Atualização tecnológica em automação industrial	2014	142	EAD	2
Feira de mecânica, indústria, solda, máquinas ferramenta e automação	2015	Não divulgado	São Paulo	7
FIEE - feira internacional de indústria elétrica, eletrônica, energia e automação.	2015	Não divulgado	São Paulo	11

Nota: Quadro construído pelos autores a partir de informações divulgadas pela equipe de EPT da Fines em março 2016

Como podemos ver na figura 9, a formação continuada de professores no campo da automação são todos de carácter tecnológico. Em seu discurso, o entrevistado deixa claro que isso sucede porque o Senai-DR/ES prioriza ofertar cursos nessa vertente. Sobre os períodos em que ocorrem essas formações, o entrevistado diz que elas não têm uma continuidade ao longo do ano, pois acontecem em um único momento, normalmente, nas épocas de recesso das aulas nas escolas.

“Diferentemente do PSCD do DN que acontece a distância e que o curso dura praticamente o ano todo, o nosso T&D é presencial e tem um momento específico para acontecer, que é, normalmente, no mês de julho ou no final do ano. A gente prioriza colocar no mês do recesso das aulas, pois eles ficam sem atividade de aula, mas tem atividade de treinamento e de formação” (Gestor 2).

O depoimento seguinte nos possibilita afirmar que os docentes não têm sua formação reconhecida como processo de valorização salarial no Senai-DR/ES.

“Aqui no Senai tem pré-requisito para ingresso, para trabalhar na área de automação industrial o docentes tem que ter formação nessa área. Depois que ele entrar no Senai e fizer uma complementação pedagógica ou uma licenciatura ou mestrado, ele não recebe nada a mais por isso. A valorização financeira não tem” (Gestor 2).

O entrevistado diz que, em geral, os professores avaliam a formação sendo como um bom evento.

“Toda vez que termina a formação, a gente faz uma avaliação de como foi o evento. De forma geral, os docentes sempre avaliam como ter sido bom” (Gestor 2).

Em síntese, o Senai têm uma política permanente de capacitação docente, tanto em nível nacional como regional. Todavia, há uma ênfase na formação tecnológica em que o foco é a atualização e instrumentalização na área técnica. Os cursos do campo pedagógico estão claramente voltados apenas para a adequação do docente às práticas e às concepções de ensino baseadas pela “Metodologia Senai”. Levando em conta que esses cursos possuem uma carga horária pequena e que a formação pedagógica vai além de demandas metodológicas e didáticas, logo,

é reservado pouco tempo para trabalhar questões que são fundamentalmente pedagógicas. Além disso, o fato do professor não ser valorizado pela sua qualificação em cursos de formação continuada pode motivar o desinteresse por parte deles em participar das capacitações e treinamentos, sobretudo da área pedagógica.

6. PROPOSTA DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Como já foi mencionado, na área da EPT, em especial, são exigidos muitos conhecimentos e práticas que o professor somente com a formação inicial não dá conta de atender a todas as situações e diversidades existentes nesta área de ensino. Portanto, os cursos de licenciatura para a formação de professores para atuar na EPT são essenciais a qualquer tipo de docente, seja ele formado inicialmente em cursos de licenciaturas tradicionais (matemática, física e etc.) ou em bacharel (engenharia). Os cursos de licenciatura para a área da EPT possibilitam uma maior reflexão sobre a qualificação profissional e conhecimentos que proporcionam uma formação docente de qualidade.

Contudo, propomos um programa de formação continuada aos docentes do Senai-DR/ES, especialmente aos docentes do curso técnico de automação industrial. Sabemos que a formação continuada não possibilita desenvolver um professor completo para atuar na EPT, mas ela é importante porque pode, no mínimo, promover a reflexão sobre essa modalidade. A reflexão pode (ou não) levar o professor a desenvolver uma nova concepção de ensino que seja capaz de transformar a prática pedagógica na perspectiva de uma formação profissional integral.

Nesse sentido, propomos uma formação continuada que não se preocupa apenas com a atualização tecnológica, mas, principalmente, com a formação pedagógica do docente. Isto é, uma formação que permita o professor ampliar o conceito de educação profissional e assumir uma perspectiva crítica no seu trabalho.

A formação continuada que sugerimos deve ser ofertada em serviço aos docentes logo quando chegam à escola, isto é, antes de começar a trabalhar como docente de fato, para que possam criar com consciência suas práticas de ensino e intervir intencionalmente no desenvolvimento do aluno numa perspectiva que ultrapassa os limites pragmáticos de uma educação voltada para o mercado.

O objetivo geral dessa formação é capacitar criticamente profissionais que atuam na docência da EPT. A figura 10 apresenta os conteúdos que nessa formação continuada poderiam ser ministradas e a carga horária que elas precisariam minimamente corresponder.

Figura (10) - Proposta de formação continuada para docentes da EPT

ÁREA DE ESTUDO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
TRABALHO E EDUCAÇÃO	Fundamentos históricos e ontológicos do Trabalho e Educação	40h
	Trabalho como princípio educativo	
	Qualificação profissional na perspectiva da educação omnilateral e formação integral	
PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DA EP	Pedagogias do Trabalho: (Della-voz, Pistrark, Mange, Petra)	40h
	Educação e Mediação na pedagogia histórico-crítica (Vygotsky-Duarte-Saviani)	
CURRÍCULO	Currículo integrado sob os eixos norteadores - trabalho, ciência e cultura	40h
	Concepções de currículo: politecnia e modelo de competências	
		Total:120h

Nota: Criado pelos autores

Além do curso de formação continuada, acreditamos que é importante valorizar o tempo de planejamento e de conversas entre os professores nos espaços das escolas, pois esses tempos não são vagos ou improdutivos, ao contrário, neles o professor pode trocar experiências, rever suas práticas e planejar melhor suas aulas. Logo, é necessário valorizar os tempos e os espaços de autodesenvolvimento com leituras e demais recursos além do encontro permanente com seus pares para discussão e reflexão de sua prática docente.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o exposto, podemos fazer algumas inferências provisórias sobre as políticas e práticas de formação docente para a EPT do Senai. Como podemos observar, há uma ênfase na atualização tecnológica. Acreditamos que isso se deve também ao fato de que as legislações atuais que normatizam a EPT não deixam claro como deve ser o currículo de formação para trabalhar nesta área nem orienta sobre os pré-requisitos mínimos para atuar nessa modalidade de ensino, o que acaba permitindo que as instituições que estão voltadas para uma formação mais imediatista para o mercado, como o Senai, estruturam currículos pragmáticos e ofertam cursos de formação docente visando mais a instrumentalização técnica do que a formação pedagógica.

No entanto, a EPT tem o objetivo de formar pessoas para o mundo do trabalho, logo, o papel do professor vai muito além de cumprir as finalidades de uma educação para mercado ou para o emprego, pois a formação para o mundo do trabalho implica também na formação de cidadãos capazes de refletir criticamente a sociedade a qual estão inseridos.

Para realizar esta tarefa o docente deve não apenas dominar os conhecimentos teóricos e práticos da área de automação industrial, mas deve ter uma concepção de formação profissional que permita formar o aluno numa perspectiva mais ampla. Ter em mente não apenas formar para inserção produtiva, mas também formar para uma apropriação de uma visão crítica. O docente deve levar em consideração o processo sócio histórico que integra o contexto da produção e da automação industrial bem como as relações de trabalho e as questões sociopolíticas a elas inerentes. Daí a importância da formação pedagógica inicial ou continuada que possibilita ao professor ampliar a sua concepção de educação profissional e a refletir criticamente sobre a sua prática docente.

REFERÊNCIAS

A Gazeta, classificado. **Contrato docente I- marceneiro**, p.12, 24/05/2015.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Desenvolvimento de Competências Profissionais: as incoerências de um discurso**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

A Tribuna, classificado. **Contrato docente II- automação industrial**, p.16, 26/10/2014.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LDB- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. 7ª edição. Atualizada em 25/10/2012. Centro de Documentação e Informação Edições Câmara Brasília: 2012. Disponível em http://www.riogrande.rs.gov.br/smed/wp-content/uploads/2013/04/ldb_7ed.pdf. Acesso em 01/02/16.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional De Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução Nº 6, De 20 De Setembro De 2012 (nº. 06/12)**. Disponível em: <http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/51/pdf> Acesso em 01/02/16.

COELHO, Suzana Lanna Bunier. A formação pedagógica na educação profissional. **Cadernos de pesquisa em educação – PPGE-UFES**. V.19, n. 39, p.65-74, Vitória: PPGE, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 71-87, jan. 2001. ISSN 2175-795X. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 02 Abr. 2015.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).
MOURA, Dante Henrique. A integração curricular da educação profissional com a educação básica na modalidade de jovens e adultos (Proeja). **Cadernos de pesquisa em educação – PPGE-UFES**. V.19, n. 39, p.30-49, Vitória: PPGE, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003 (Coleção Educação contemporânea).

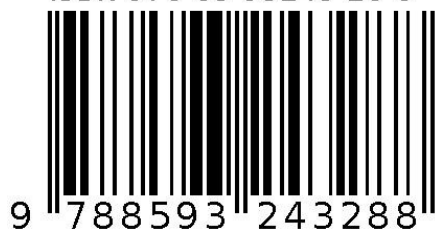
SENAI -DR/ES. Serviço Nacional da Indústria Departamento Regional do Espírito Santo. **Plano de curso técnico em automação industrial**. 2016.

SENAI-DN, Serviço Nacional da Indústria Departamento Nacional. **Programa Senai de capacitação docente (PSCD)**, 2015.

TARDIF, Maurice e LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2007.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-93243-28-8



9 788593 243288